



APRH

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS
NUCLEO REGIONAL DO SUL

DEBATE
RIO GUADIANA
PASSADO PRESENTE FUTURO

A EXPECTATIVA REGIONAL FACE A ALQUEVA

Manuel A. Vitorino Mestre

Manuel António Vitorino Mestre

*Presidente da Câmara Municipal de Moura
Presidente da Associação de Defesa de Alqueva
Membro da Associação de Municípios
Abrangidos pelo Regolfo de Alqueva*

A EXPECTATIVA REGIONAL FACE A ALQUEVA

INTRODUÇÃO

O Guadiana, grande rio do Sul, anda há muitas décadas ligado ao empreendimento de fins múltiplos do Guadiana e da sua estrutura mais importante : A Barragem de Alqueva. Regionalmente ao evocarmos este rio - o nosso rio - somos obrigados a pensar no aproveitamento das suas águas, especialmente nos últimos anos, onde uma conjugação de factores negativos, reforçou as nossas esperanças nas suas potencialidades.

Se considerarmos que:

- 97% dos aproveitamentos da bacia do Guadiana se localizam em território Espanhol e só os restantes 3% em Portugal;
- Os Espanhóis, nossos parceiros comunitários se preparam para irrigar mais 600 000 hectares o que comparado com os nossos previsíveis 110 000/140 000 é uma área incomparavelmente superior;
- O P.H.N.E. poderá diminuir fortemente os caudais de alguns rios internacionais, entre eles o Guadiana, pelo que é necessário tomar medidas para o evitar, nomeadamente fazendo valer os nossos direitos recorrendo a compromissos assumidos anteriormente, como o Convénio de 68;

- A água será certamente um dos vectores estratégicos mais significativos para o próximo milénio,

facilmente compreendemos a justeza da nossa posição em defesa do empreendimento, numa óptica polivalente, mas não economicista que seria redutora para as populações porque tenderia a desprezar aspectos significativos, como a desertificação e o bem estar das populações.

ALGUMAS REFLEXÕES RECENTES SOBRE O EMPREENDIMENTO

1. IRRIGAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA

O consórcio encarregue do estudo, analisou um conjunto de cenários alternativos correspondentes a outras tantas possibilidades de aproveitamento dos recursos do empreendimento.

As várias possibilidades distinguem-se entre si, fundamentalmente:

- pela área a regar
- pela produção ou não de energia eléctrica
- pelo fornecimento ou não, de água ao Algarve e a Espanha.

As alternativas de maior impacto para a região - e em particular para a margem esquerda - correspondem às alternativas que contemplam o sistema do Ardila, com especial destaque para a que cumulativamente contempla também o sistema do Guadiana, que permitiria regar bons solos a Norte, mas esta hipótese está infelizmente afastada.

Na verdade, de todas as alternativas analisadas, o consórcio optou por uma solução de base que penaliza fortemente a margem esquerda por não considerar a rega desta região, caracterizada pela construção da Barragem de Alqueva com o nível de pleno armazenamento à cota de 152, podendo, no entanto funcionar a um nível inferior com sacrifício da valência energética; contra embalse constituído pelo açude de Brinches, ou pelo açude de Limas, ou, ainda por um açude localizado 6-7 Km a montante de Limas (hoje definitivamente localizado a jusante da chamada ponte do Pedrogão); rega de aproximadamente 110 000 hectares da margem direita. Na solução alargada, em que já se contempla a margem esquerda, as diferenças fundamentais residem basicamente na extensão de área a regar que passa a ser de aproximadamente 140 000 hectares.

Sendo a solução alargada aquela que mais interessa às populações da margem esquerda, é a partir dela que nós temos orientado as nossas reivindicações, no sentido que seja esta alternativa aquela que efectivamente venha a ser implementada.

Não se conhecendo com rigor os critérios que presidiram à opção de base em detrimento da solução alargada, uma vez que, como refere o próprio consórcio num trecho que intencionalmente se transcreve, *“a solução de base em nada ficará prejudicada se for ampliada com o Sistema do Ardila, na margem esquerda e (...) dentro da filosofia de não hipotecar o futuro, um sistema de obras hidráulicas de dimensão e de complexidade do empreendimento de Alqueva, com um período de implantação de 25 anos, terá de ser encarado como uma entidade evolutiva, e terá tanto maior robustez quanto mais flexível puder ser a sua execução, sem pôr em causa a possibilidade do futuro aproveitamento da totalidade dos recursos existentes. O sistema deve assim ser concebido por forma a permitir uma resposta adequada à*

evolução da produção agrícola: noutros termos, os órgãos adutores que se encontram à cabeça do sistema não podem deixar de ser concebidos por forma a garantir, até ao esgotamento dos recursos hídricos disponíveis, uma fácil adaptação às futuras condições sociais e de desenvolvimento tecnológico que serão, sem dúvida, substancialmente diferentes das actuais.”

É provável que as razões que desmotivaram a opção pela solução alargada tenham a ver com o facto desta ser aquela que requer mais investimento por hectare, uma vez que, para um acréscimo de 30 000 hectares de área beneficiada, será necessária a construção de quatro barragens. No entanto, do ponto de vista de eficiência económica - valia agrícola - tal como refere o consórcio, *“a solução alargada revela minimas diferenças de rendibilidade quando comparada com a solução de base”*. Nesta perspectiva, consideramos ser o sector olivícola - com forte implantação na margem esquerda - aquele que, do ponto de vista empresarial, *“ofereça melhores condições de suportar os custos inerentes às redes, secundária e terciária”*, essas razões esvaziam-se de todo o seu fundamento.

2. O EMPREENDIMENTO E O EMPREGO

O impacto do Alqueva ao nível do emprego, far-se-á sentir positivamente a dois níveis distintos : na fase de construção e na fase posterior de desenvolvimento agrícola e turístico. Contudo se excepcionalmente não forem tomadas medidas que corrijam alguns desequilíbrios, o concelho de Moura e os concelhos limítrofes de Alqueva, poderão sofrer alguns efeitos negativos que urge equacionar, evitando situações futuras que afectarão a região.

Na fase de construção da barragem propriamente dita, que deverá prolongar-se até 2001 e dado que o consórcio prevê que os trabalhadores sejam de fora da região, devemos preparar-nos para receber estes trabalhadores bem como responder ao esperado acréscimo dos níveis de consumo. Tal facto, não deixando de ter reflexos positivos na economia local, acarreta algumas consequências de ordem social, que resultam do contacto entre esses trabalhadores e a população, em particular a população jovem.

Outro aspecto a ter em conta nesta fase é a possibilidade de reivindicar a absorção de mão-de-obra da região pelo empreendimento, conseguindo, pelo menos nesta fase o pleno emprego na região.

No período que decorre entre 2001 e 2025, correspondente à construção das redes secundária e terciária - na hipótese da margem esquerda não ser beneficiada - a mão-de-obra excedentária da região tenderá a afluir à margem direita, especialmente à zona de Beja. O mesmo acontecerá a partir de 2025 - ainda na hipótese da não irrigação da margem esquerda - de fomento agrícola possibilitado pelo regadio, pois como o próprio consórcio reconhece esta valência *“representa o ponto mais forte do empreendimento (...) ao atenuar os desequilíbrios intraintra-regionais pela criação de um polo de desenvolvimento do Baixo Alentejo (com uma oferta de emprego que pode chegar aos 40 000 postos de trabalho)”*, em alternativa a Évora.

No que respeita ao Concelho de Moura e limitrofes, contrariamente à região de Beja, os efeitos a esperar não serão tão risonhos, pois parece lógico prever que, uma vez mais, parte da mão-de-obra se desloque para a margem direita, embora também devamos reconhecer que os efeitos do turismo se farão sentir particularmente na região.

3. RESTABELECIMENTO E REFORÇO DA REDE VIÁRIA

Este é um dos aspectos que mais preocupam os autarcas da região, pelo que em colaboração com a J.A.E. e a C.C.R.A. apresentaram a necessária *“actualização e reavaliação das propostas e acções que em 1983 haviam sido formuladas no que respeita às vias de comunicação”*. Nesta perspectiva procedemos a *“uma sistematização e fundamentação das intervenções que, em cada concelho, são consideradas mais adequadas ao estabelecimento das vias afectadas, pelo empreendimento ou deverão dar resposta ao acréscimo de tráfego e aos fluxos previsivelmente gerados”*.

As intervenções atempadamente propostas pelos municípios envolvidos, dizem respeito, quer ao restabelecimento das vias parcialmente submersas e às novas necessidades suscitadas pela reinstalação da freguesia da Luz - que correspondem a intervenções que se consideram imprescindíveis e directamente originadas pela criação do espelho de água - quer à beneficiação e construção de novas vias que, no quadro das acções compensatórias no âmbito do empreendimento são consideradas de grande interesse para a melhoria das condições e níveis da acessibilidade - correspondendo a intervenções não necessariamente imprescindíveis, mas que se revelam de grande importância para o reordenamento da região.

Basicamente, as propostas apresentadas desenvolvem-se a quatro níveis:

- Manutenção da ligação internacional, por Moura, classificada no Plano Rodoviário Nacional na Rede de “outras estradas”;

- Restabelecimento de todas as ligações inter municipais existentes, com alargamento de algumas plataformas e reforço do pavimento;
- Beneficiação de várias Estradas e Caminhos Municipais, da zona fortemente afectada pela construção de Alqueva;
- Restabelecimento de caminhos necessários à actividade agrícola junto, ao regolfo.

4. VARIAÇÃO INTERNÍVEIS

Um dos mais significativos impactos paisagísticos decorrentes da construção de Alqueva, é o resultante da variação interníveis, sendo previsível que essa variação possa atingir os 20 metros num número significativo de anos.

Em termos de saúde pública, de acordo com o consórcio, *“não parece provável que os futuros regolfos sejam propícios à expansão de doenças”*. Contudo, a variação interníveis é um problema de grande importância, porque limita as potencialidades turísticas da barragem, podendo mesmo inviabilizá-las. É necessário portanto, abordar já alguns aspectos e executar os estudos mais convenientes para diminuir alguns impactos negativos e inconvenientes futuros, como por exemplo, o tratamento paisagístico das faixas de aspecto árido, resultantes das variações de nível do regolfo, o que condicionará fortemente por exemplo a localização das praias fluviais.

Para a discussão do problema e definição da solução, importa fazer referência ao plano de exploração da reserva de água, que se revela particularmente gravoso nos meses de

Dezembro a Maio, na medida em que será durante este período que serão alimentadas as barragens secundárias do sistema. Assim o sistema a adoptar deverá ter em conta este aspecto e ser aplicado a casos bem definidos - soluções pontuais - e não a toda a área do regolfo, reservando-se para esta área uma solução global minimizadora mas economicamente viável.

CONCLUSÃO

Acabei de apresentar, de uma maneira depretensiva e provavelmente com pouco rigor técnico/científico, algumas questões que ultimamente têm ocorrido em reuniões sobre o tema. Dei assim a minha modesta contribuição para demonstrar que, um projecto desta envergadura, abra todos os dias novos desafios.

Quero no entanto referir, que continuo a ser um dos mais acérrimos defensor do empreendimento, porque entendo que só ele poderá contribuir para a dignificação da margem esquerda.

Disse. Muito obrigado.

BIBLIOGRAFIA

- . Comissão das Comunidades Europeias, Direcção-Geral das Políticas Regionais
- Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, Estudo de Avaliação Global
- Síntese, s.e., Agosto 1992.

- . Guia, Engº Helder, Barragem de Alqueva, C.M.Moura.

- . Câmaras Municipais de Reguengos de Monsaraz, Mourão, Moura, Portel,
C.C.R.A., J.A.E., Empreendimento de Alqueva, Restabelecimento e Reforço da
Rede Viária, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.